**CONSELHO MIRIM: De uma proposta democrática na escola à consciência e democratização dos processos nas turmas**

*Natalia Francisca Cardia dos Santos[[1]](#footnote-0)*

**EIXO TEMÁTICO:** Participação das crianças em pesquisas e na gestão institucional

**RESUMO**

O relato trata da composição do Conselho Mirim na EMEI Ana Neri em 2019, propondo reflexões a partir da hipótese de que para vivência democrática não basta um projeto estabelecido na escola, implicando nas ações dos professores com as turmas. Foram objetos de analise atas das reuniões, entrevista com a gestora e registros da ação com uma turma de 4 anos, confirmando que os processos desenvolvidos em sala são complementares a proposta institucional, possibilitando a ampliação da consciência quanto ao que seja democracia e conceitos como: voto, representação, bem comum, interesses coletivos etc.

Palavras-Chave: Conselho Mirim; Educação Infantil; Participação da criança; Gestão democrática.

**INTRODUÇÃO**

O princípio da gestão democrática do ensino público recebeu formalização mediante o inciso VI, do artigo 2006, da Constituição Federal de 1988. Reconhecido como princípio de direito nacional, a gestão democrática é ratificada na esfera educacional em 1996 por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), que institui ainda, como ferramenta de garantia de gestão democrática, a elaboração e posterior execução de uma proposta pedagógica ou projeto político pedagógico- PPP, como é mais conhecido.

O PPP é o norte da escola, definindo caminhos e rumos que determinada comunidade busca para si e para aqueles que se agregam em seu entorno. Cabe à escola, nesse sentido, como salienta Vieira (2006), gerir seu patrimônio imaterial (pessoas, ideias e cultura produzida no se interior) e material (prédio, instalações, equipamentos, laboratórios, livros etc.).

Assim, conscientes da função desse documento, bem como das ações de democratização de gestão permeadas por ele, a equipe da Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) Ana Neri, liderada pela equipe de direção/coordenação do ano de 2019, ao revisitar seu PPP, refletiu a partir da demanda observada pela diretora Mariana Mendonça Cicareli, recém-chegada na unidade escolar, quanto a importância de ouvir, observar e dialogar com o universo/comunidade escolar como um todo, inclusive dando voz as 494 crianças que a compõem, incluindo-as nos processos decisórios.

Segundo explica ela, a principal inspiração para o formato atual está em estudos mais recentes da Pedagogia da infância e nos documentos curriculares municipais vigentes, especialmente na ideia de assembleias infantis. A partir dessa reflexão foi criado então o Conselho Mirim, descrito da seguinte maneira no documento de abertura da ata das reuniões:

O Conselho Mirim é representado por um grupo de crianças atuando em conjunto com completar e definindo caminhos para deliberações sobre assuntos relacionados à escola e à comunidade em geral, juntos aos professores e gestão da unidade escolar.

É um espaço privilegiado de discussão, negociação e encaminhamentos das demandas educacionais, possibilitando a participação das crianças. Os conselheiros são eleitos pelos colegas de sala e têm como função trazer para à gestão escolar, questões observadas no dia-a-dia e que podem ser melhoradas na escola e levar para os colegas os encaminhamentos dados às mesmas. (EMEI ANA NERI, 2019, p.01)

Ressalva-se porém, que a simples decisão do professor definir os candidatos à representante, se não estiver pautada em critérios bem definidos e coerentes com o conceito de democracia presente em nossa sociedade, por si só já pode estar colocando em risco todo o processo, tornando-o um exemplo de exercício autoritário. Outros questionamentos ilustram o peso do desdobramento dessa proposta, por exemplo: Como explicar para crianças de 4 e 5 anos a função de um representante/conselheiro da turma? De que modo proceder a reflexão dos candidatos quanto ao seu real papel perante a sala? De que modo mediar as reflexões quando as sugestões são descabidas (do ponto de vista da aplicabilidade)? Com o intuito de buscar respostas, contribuindo com possibilidades de ação, na sequencia são apresentados desdobramentos da proposta do Conselho Mirim, advindos de relatos de momentos vividos ao longo da realização das reuniões e da experiência de vivência da proposta na condição de professora junto à uma turma de crianças de 4 anos.

**CONSELHO MIRIM: Uma proposta democrática na escola**

Com a primeira reunião marcada para o mês de Maio de 2019, o registro da proposta, segue apresentando por uma sequência de possibilidades de procedimentos a serem realizados anteriormente a essa reunião, que segundo registra, implicam desde uma conversa inicial do professor com a turma, até a escolha dos representantes e os encaminhamentos que ele levará em nome do grupo. As Reuniões foram marcadas para todas as primeiras 2ª feiras do mês: 13/05 (parque/tanque de areia), 03/06 (sala de vídeo/leitura), 05/08 (quadra e bosque), 02/09 (refeitório/alimentação), 07/10 (sala de aula) e 04/11 (caminho de casa até a escola);

O trecho acima permite observar dois aspectos fundamentais: o primeiro diz respeito a organização dos temas para as discussões, que, conforme registrados, estão ligados aos espaços da escola e ao caminho percorrido pela criança; Essa escolha contempla o gerenciamento imaterial e imaterial, nos termos de Veiga (2006), ora apresentados quando aqui foi descrito o sentido do PPP, e conforme Mariana, está também ligado a necessidade de escuta e mapeamento da percepção da comunidade quanto aos aspectos positivos e os que são passíveis de melhoria, como ponto de partida para que a nova equipe gestora (todos os membros do trio gestor atual chegaram na escola em 2019) possa conhecer a cultura escolar e as demandas que se apresentam. Já havendo representatividade dos funcionários e das famílias por meio dos órgãos colegiados (Conselho de escola e APM), o conselho mirim vem a complementar a lacuna que existia, quanto a sistematização da representatividade das crianças.

O segundo aspecto diz respeito a liberdade de planejamento e desenvolvimento de cada turma/professor.

Para o pesquisador Manuel Jacinto Sarmento, em “Quem está na escuta? Diálogos, reflexões e trocas de especialistas que dão vez e voz às crianças” (SARMENTO, p. 07 a 14, 2016), a formalização da participação das crianças nas decisões implica na assunção da ideia central da participação- pois as crianças devem ter a possibilidade de influenciar a vida coativa, e na ideia de cidadania- pois as crianças não são pré-cidadãs, as crianças são cidadãs ativas e assim devem ser tratadas. Segundo ele, na relação entre adultos e crianças, mais do que ocorrer uma inversão de papéis, em que criança fala e o adulto escuta, é preciso que essa relação se torne recíproca, um grande desafio numa sociedade que, em geral, não dedica atenção e tempo suficiente para descobrir o que realmente pensam e o que querem meninos e meninas.

Nesse sentido afirma Sarmento: “Sinto que é sempre necessário conciliar dois riscos: o risco da manipulação e o risco de pensar que as crianças vão agir como se fossem políticos adultos. Ora, se as crianças agirem como políticos adultos, deixam de ser crianças e, portanto, perde-se completamente o sentido daquilo que é a participação infantil” (p.11, 2016).

Infere-se, pois, que esses dois riscos precisam ser conciliados na ação dos adultos responsáveis pela mediação dos aspectos abordados pelos representantes em cada reunião.

Inúmeros exemplos, estão detalhadamente descritos nas atas das reuniões e tem contribuído, inclusive para a reflexão do grupo de professores, que por vezes encontra possibilidades de articular as demandas gerais com os projetos da turma, como no caso da demanda de embelezamento da escola com flores, que está sendo atendida por meio dos projetos de algumas turmas, que tem idealizado e executado o plantio de sementes de flor, que aos poucos já estão se configurando em jardins floridos, como o espaço dos girassóis. Outras demandas, ainda que não sejam atendidas em sua plenitude tem sido ajustadas para que se tornem aplicáveis do ponto de vista do possível diante de outras esferas, como por exemplo o setor de alimentação, que é regulamentado por nutricionistas; Nessa esfera havia o pedido de que fosse servido sorvete- o que não é possível por questões nutricionais, mas foi convertido numa alternativa viável: a partir de uma reflexão conjunta teve-se a ideia de colocar o yogurte que seria servido líquido, em saquinhos de gelinho e servir congelado. As crianças amaram e nenhuma regra/orientação foi desrespeitada.

Deste modo é possível avaliar que o modo como as reuniões são conduzidas e a forma respeitosa como o diálogo a partir das sugestões é traçado e ampliado entre a equipe, tem contribuído para a real democratização da gestão, possibilitando a consolidação de ações que busquem a participação efetiva das crianças nas decisões da escola, exercendo a gestão democrática, portanto, para além dos momentos de reunião, o que pode refletir (ou não) no desdobramento das ações no interior de cada turma, na relação e no envolvimento dos professores e das turmas na proposta e nas possibilidades advindas dela, conforme será tratado a seguir.

**A CONSCIÊNCIA E DEMOCRATIZAÇÃO DOS PROCESSOS EM UMA DAS TURMAS**

Os momentos de transposição da proposta do Conselho mirim para a sala/turma/classe, mostraram-se determinantemente expansivos ou restritivos, conforme as experiências entre professores e suas respectivas turmas, por meio de vivências iniciadas desde a escolha dos representantes de classes até as conversas que antecedem a reunião do conselho e pós-conselho.

Nesse sentido torna-se imperioso, portanto, o exercício consciente da ação, o que requer reflexão do próprio ato de existir e a compreensão da estreita relação entre o exercício da docência e a responsabilidade social nela inserido. Para Paulo Freire (2006), exercer a consciência é ter clareza sobre o aspecto dialético da educação, e quanto mais o homem for capaz de refletir sua realidade, maiores condições terá de agir sobre ela, comprometendo-se assim em mudá-la, pelo fato de sentir-se inserido e partícipe. Entende-se que o trabalho educativo é expressão da consciência crítica, quando os homens que o fazem, manifestam a capacidade de diálogo orientada para a práxis.

Assim na condição de professora responsável por uma turma de 4 anos do período da manhã, e também pesquisadora responsável pelo registro desse relato, apresenta-se aqui a experiência vivida por este grupo, desenvolvido em meio a uma tentativa de responder para si, por meio de sua prática, os questionamentos aqui compartilhados inicialmente.

Em relação ao primeiro questionamento/ desafio que se impunha, sobre como explicar para crianças de 4 e 5 anos a função de um representante/conselheiro da turma, foi trabalhada a história do livro ‘A eleição dos bichos’ (ESTÚDIO REBIMBOCA, 2018). Nessa história o Leão é o líder autodeclarado, que pensando somente em si mesmo decide canalizar a água do rio para fazer uma piscina exclusiva para seu uso; com isso os demais animais, sem água, ficam revoltados e decidem fazer uma eleição para escolher um novo líder, que possa representar os interesses do coletivo.

A história foi trabalhada em diversos momentos, procedendo-se desde a leitura, o reconto pelas/com a crianças e a interpretação coletiva dos termos, com apoio no glossário de palavras que o próprio livro traz. A partir da história a professora começou a falar da necessidade de que a turma também tivesse seu representante, e imediatamente as crianças se remeteram a história dizendo coisas, como: “É, mas não pode ser egoísta que nem o Leão”, “Não pode ser uma criança que queira as coisas só pra ela. Tem que saber dividir os brinquedos”, demonstrando que o conceito de representação estava bem compreendido. Passou-se então para a fase seguinte, que seria a eleição.

Para a eleição, assim como para todo processo que se seguiria, foi considerada a relação entre a experiência escolar e as práticas sociais, neste caso relacionadas ao processo eleitoral do qual participamos na condição de cidadãos.

Desse modo avançou-se para o segundo questionamento sobre o modo de proceder a reflexão dos candidatos quanto ao seu real papel perante a sala.

O processo começou pela indicação do interesse em candidatar-se ao ‘cargo’ de representante: As crianças fizeram auto indicação e na sequência foi realizado um comício (com direito ao uso de microfone) em que cada um deveria expor para a turma o porquê de sua candidatura, ou seja, porque ele considerava que seria um bom representante; Esse processo também possibilitou observações que merecem ser aqui registradas, tamanha a complexidade de entendimento que indicam em si: Uma delas foi de uma das meninas que durante sua fala, trouxe a seguinte argumentação: “Eu vou ser uma boa representante porque eu ajudo a A. S. a subir no trepa-trepa” (seguida de abafado Ual pela professora); Acontece que A. S. é uma criança que tem restrições de movimento em dos braços como consequência de complicações no momento do parto, e a o médico solicitou auxilio no estímulo e proposições de atividades que envolvessem movimentos amplos que incluíssem os dois braços. O segundo exemplo é de, K. um dos meninos que é bastante eloquente e popular entre as outras crianças, e fazia seu comício dizendo: “votem em mim meus amigos, que eu vou falar pra diretora comprar mais bolas e deixar a gente ficar o dia todo no parque”; Imediatamente, uma das crianças o questionou: “Mas oh K., se a gente ficar no parque o dia inteiro como é que vai fazer com as outras turmas? Nossa, você tá parecendo o leão falano”; Por fim a terceira candidata, O. (que foi uma das eleitas pela turma) disse “ eu serei uma boa representante, porque vou pedir pra ter tudo bem novinho na nossa sala: massinha nova, brinquedos novos, mesas novas... vou conversar bem direitinho com a diretora e explicar que a massinha que a gente tem esta dura e que a gente queria outras coisas”.

Terminado o comício dos candidatos, passou-se a votação: Tal qual o processo eleitoral que acontece na sociedade, houve uma cabine de voto, uma urna para depósito das cédulas e um painel para contagem das quantidades na apuração dos votos; As cédulas foram feitas com a foto de todos os candidatos e a sala foi organizada em equipes que se revezavam entre organizar a fila de votação, conferir a identidade dos eleitores (foi usado o crachá de nome com foto) e para colocar o voto na urna. Uma coisa que merece destaque nesse aspecto é que várias crianças reconheceram a proposta por já terem acompanhado seus pais na eleição e outra coisa interessante é que ao final elas conseguiram explicar ao professor, que chegava, como ele deveria fazer para votar e para o que servia aquela eleição. Ao final do processo cada voto era convertido em um post-it colorido, que colocado um em cima do outro gerou um gráfico da decisão.

 Na saída os representantes eleitos ficaram na porta, indicando o gráfico dos resultados, se apresentando para as famílias que chegavam para buscar as crianças da turma e explicando qual seria sua função.

Essa dialogicidade continuou permeando todos os processos, e como resultado as crianças vêm conquistando cada vez mais autonomia e segurança para manifestarem suas opiniões, ao mesmo tempo que demonstram muito pertencimento em todas as decisões, chegando a se sentirem a vontade para cobrar a equipe gestora sobre as providências negociadas e fazer novas solicitações espontaneamente.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O acompanhamento do processo como um todo, desde a esfera institucional até o desenvolvimento com a turma que foi objeto desse relato, validam a hipótese inicial, confirmando que os processos desenvolvidos em sala são complementares a proposta institucional, possibilitando a ampliação da consciência quanto ao que seja democracia e conceitos como: voto, representação, bem comum, interesses coletivos etc.

As crianças que compõem a turma pesquisada, a partir da proposta, exercicitaram a cidadania e a vivência democrática, inicialmente nas ações do Conselho Mirim, mas demonstram ter ampliado essa consciência de bem comum para outras esferas de suas vivências cotidianas que exigiam diálogo e negociação, como em momentos de escolha de vídeos ou lugares para brincar, momentos em que as próprias crianças sugeriam o voto como alternativa para as decisões

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação

Nacional. Brasília: Senado Federal, 1996.

 FREIRE, P. Pedagogia da esperança. 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

SARMENTO in FRIEDMANN, A. e ROMEU G. Quem está na escuta? Diálogos, reflexões e trocas de especialistas que dão vez e voz às crianças. – São Paulo: Núcleo de Estudos e Pesquisas em Simbolismo, infância e Desenvolvimento, 2016.

VIEIRA, S. L. Educação e gestão: extraindo significados da base legal. In: MEDEIROS, I. L. P.; LUCE, M. B. (Orgs.). Gestão escolar democrática: concepções e vivências. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p.27-42.

1. Pedagoga (Universidade Guarulhos), Psicopedagoga (Universidade Nove de Julho), Mestre em Gestão e

Práticas Educacionais (Universidade Nove de Julho), Assessora Pedagógica (Projeto Criando) e professora

Da Rede Pública Municipal da cidade de São Paulo, Guarulhos, SP, Brasil. Contato:

nataliacardia@gmail.com [↑](#footnote-ref-0)